



ACÓRDÃO Nº 452/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1669/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Cláudio de Souza – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1121/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.1520/1524v).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH, Exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Cláudio de Souza**, ex-Diretor Executivo da SNPH, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/96, art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02-TCE;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Cláudio de Souza** no valor de R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH, nos termos dos artigos 304, parágrafo único e 305 da Resolução nº 04/2002-TCE, referente ao total de despesas realizadas e não comprovadas com passagens e despesas com locomoção. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Cláudio de Souza** no valor de R\$ 10.960,31 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e um centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado -



ACÓRDÃO Nº 452/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEFAZ por grave infração à norma legal e regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.4. Determinar a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - Snph que:

- a) Providencie com urgência o inventário de precatórios contraídos com fins de instruir o planejamento da próxima edição da Lei Orçamentária Anual (Restrição 5 do Relatório Conclusivo nº 26/2015);
- b) Registre e mantenha arquivado, no departamento Operacional, o diário de bordo de travessias, identificado o tipo de veículo, placa, dados do condutor e valor, com fins dar suporte aos registros de arrecadação de receitas (Restrição 10 e 11 do Relatório Conclusivo nº 26/2015);
- c) Transmita, diariamente, para o DETRAN e Polícia, órgãos responsáveis e competentes pela atribuição funcional de verificar a veracidade e legitimidade dos veículos que trafegam no Estado, o diário de bordo de travessias, identificado o tipo de veículo, placa e dados do condutor, com fins de incrementar a efetividade do controle e redução das estatísticas desse tipo de infração (Restrição 10 do Relatório Conclusivo nº 26/2015);
- d) Comunique as acumulações levantadas aos servidores envolvidos, Caso se confirmem, oportunizar ao servidor para fazer opção pelo cargo/função/emprego que mais lhe atenda. Após, caso o servidor se recuse a fazer a opção, proceda-se à abertura de processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades (Restrição 14 do Relatório Conclusivo nº 26/2015);

9.5. Recomendar a Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH que:

- a) Observe com rigor as regras estabelecidas no Dec. Estadual nº 16.396/94 quanto a concessão e prestação de contas de adiantamentos;
- b) Observe com rigor as regras estabelecidas da Lei Federal 8.666/93 que regulam a formalização de termos aditivos a contratos.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 452/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.6. Determinar** a Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno imediata remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto no § 3º do art. 22 da Lei n. 2.423/96;
- 9.7. Determinar** ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que notifique o interessado sobre o teor do referido Acórdão.

10- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral